

NA **PERIFA**

SÃO PAULO SEXTA-FEIRA 3 DE SETEMBRO DE 2021

expressonaperifa.com.br

AGENDA GLOBAL

P O R U M P L A N E T A

SAUDÁVEL

EM PAZ

SEM FOME



Até 2030, 193 países – o Brasil entre eles – precisam alcançar juntos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Eles são estabelecidos pela ONU para acabar com a pobreza, salvar o clima e fazer do mundo um lugar melhor para viver. Spoiler: só vai dar certo se governos e populações fizerem a sua parte. Nesta edição, o Expresso na Perifa procurou saber onde estamos na fila dos ODS e de que forma a periferia lida com esses desafios

PÁGs. 2 a 5

AGENDA GLOBAL

TODOS POR UM MUNDO MELHOR

O prazo para atingirmos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) termina em 2030. Mas só vai dar certo se governos e populações fizerem a sua parte

JUCA GUIMARÃES

Nosso planeta passa por um momento emblemático de transformação, sobretudo por causa da ação do homem. As consequências atingem cada cidadão em seu modo de vida e no bem-estar social – e fortemente a população pobre e periférica. Não é de hoje que a realidade exige decisões urgentes e comprometimento global.

Debates ocorridos no Brasil em 2012, durante a Conferência Mundial sobre Clima e Meio Ambiente, a Rio+20, deram origem a um plano de metas apresentado em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU). São Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que 193 países – o Brasil entre eles – precisam atingir até 2030. São muitos os desafios dessa missão, da erradicação da pobreza à saúde e paz.

O prazo termina daqui a nove anos e o sucesso depende dos governos e das populações. Com ou sem contagem regressiva, as comunidades periféricas, as mais vulneráveis, sabem que não podem esperar. No Brasil, diversas iniciativas surgem nas favelas e bairros pobres a partir da ação dos próprios moradores. O cotidiano tem de ser transformado com mais justiça social e liberdade dos indivíduos.

Esta edição do **Expresso na Perifa** se debruça sobre os ODS e o impacto de suas metas nas periferias brasileiras, em especial nos objetivos Erradicação da Pobreza; Educação de Qualidade; Igualdade de Gênero; Água Potável e Saneamento; Cidades Sustentáveis; Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são 17 temas principais que incluem, ao todo, 169 metas para os principais desafios na construção de um planeta em que possamos viver em paz, com saúde, educação e alimento para todos

COMO ESTAMOS

No Brasil, as ações para o cumprimento das metas de desenvolvimento sustentável são acompanhadas e fomentadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Números oficiais podem ser acessados em odsbrasil.gov.br. Segundo o órgão, “a diversidade brasileira em todo seu território permitiu o surgimento de diversas iniciativas e soluções criativas para desenvolvimento social e uso consciente dos recursos naturais, mesmo antes da criação das metas da ONU”. O Pnud diz também que fica “mais fácil atingir os ODS com as necessidades de um país multifacetado e dinâmico como o Brasil”. Especialistas da sociedade civil que também acompanham o caminho do país nas metas têm uma visão mais preocupante.

DIAGNÓSTICO

Não tem sido fácil. Publicado em julho de 2021, o 5º Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 mostra que o Brasil está retrocedendo na preservação socioambiental e no desenvolvimento sustentável. O diagnóstico, atestado por 106 especialistas de diferentes áreas, afirma que é patente a destruição de direitos sociais, ambientais e econômicos, além de direitos civis e políticos. Em 2021, o país está com 82,8% das metas em retrocesso, estagnadas ou ameaçadas. “Com mais desmatamento e poluição, mais assassinatos de defensores/as de direitos humanos, mais ameaças a jornalistas, mais violências e mortes de mulheres, pessoas LGBTQIP+, povos indígenas, quilombolas e de pessoas negras; com menor participação social, mais militares em cargos civis e maior criminalização das organizações sociais e sindicais; com menos direitos, mais fome, trabalho infantil e igrejas fundamentalistas pressionando as esferas de decisão, o Brasil retrocede”, diz um trecho da conclusão do relatório.

O BRASIL E AS 169 METAS EM 2021



Fonte: 5º Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030/julho de 2021



ERRADICAÇÃO DA POBREZA

O objetivo é que até 2030 ninguém tenha de viver com menos de US\$ 1,25 por dia, ou R\$ 6,54. Nas periferias, porém, ainda há muitas pessoas abaixo dessa faixa

Juca Guimarães

Nas favelas, bairros e comunidades da região do Campo Limpo, zona sul de São Paulo, historicamente os moradores convivem com os impactos da desigualdade social. Mas sem conformismo. Criado em 2009, o Banco União Sampaio foi uma das primeiras organizações da periferia a falar de economia solidária, geração de trabalho e desenvolvimento econômico criativo para superar as vulnerabilidades. O banco tem uma moeda comunitária própria, o Sampaio, usada na troca de produtos e serviços. Ao não cobrar juros, abriu um debate na sociedade para explicar e questionar essas taxas, explica Thiago Vinicius, 32, que participou da fundação.

O projeto foi fortalecido em 2012 com o surgimento da Agência Popular Solano Trindade, que trabalha junto à população iniciativas de inovação social, cultura popular e produção e acesso a alimentos saudáveis. “Com o lançamento de um livro ou um álbum, é possível movimentar toda uma engrenagem de economia criativa que combate a desigualdade, gerando renda e autoestima”, diz Thiago.

Acesso universal — Para o ex-senador Eduardo Suplicy, a erradicação da pobreza passa pela garantia mínima de renda, com acesso universal e sem condicionantes. Suplicy é autor do projeto de lei para a criação de uma renda básica da cidadania. A lei aprovada em 2004 (10.835-04) determi-

na um valor igual para todos os brasileiros, sobretudo os mais necessitados. O texto prevê que seja implantada de acordo com “o grau de desenvolvimento do país e as possibilidades orçamentárias”. A renda mínima é aplicada em alguns lugares do Brasil, a exemplo de Maricá, no Rio de Janeiro. Na cidade, que tem banco comunitário e moeda local, 40 mil dos 165 mil moradores são recebidos o equivalente a R\$ 170 por mês na moeda local, chamada de mumbuca. Ela é aceita em bares, lojas, restaurantes, farmácias e supermercados. Em alguns estabelecimentos, responde por mais de 10% das vendas.

A erradicação da pobreza está no artigo 3º da Constituição de 1988. É um dos objetivos fundamentais do Brasil para promover o bem de todos, sem preconceito de origem e raça

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Tem de ser inclusiva, igualitária, baseada nos direitos humanos e acessível a todos, incluindo pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças vulneráveis

Eduarda Nunes, Periferia em Pauta

A pandemia de Covid-19 evidenciou as dificuldades da educação no Brasil. Internet ruim, ausência de computador, dificuldades financeiras e de alimentação são só alguns dos fatores que prejudicam fortemente quem já vive em vulnerabilidade, como populações periféricas e rurais. Sem ensino remoto, por exemplo, pelo menos 1,38 milhão de estudantes entre 6 e 17 anos abandonaram a escola em um ano de crise sanitária — a informação é do estudo Enfrentamento da Cultura do Fracasso Escolar, publicado em janeiro de 2021 pela Unicef. Para atingir as metas fundamentais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em educação de qualidade, nada disso é aceitável.

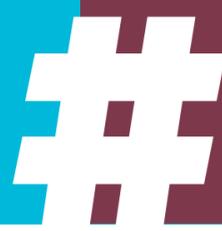
Acesso, permanência, evasão dos estudantes e questões orçamentárias estão ainda mais preocupantes. “A gente tem um monte de programas de educação, de pesquisa, que contribuem para a evolução de boas práticas educativas em todas as etapas e que estão paralisados ou sendo descontinuados”, afirma a pesquisadora Sheyla Xavier, pedagoga e mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco.

Além do currículo — “Educação de qualidade é permitir que o estudante consiga se desenvolver e emancipar integralmente”, diz Sheyla. Também é preciso atentar às condições de trabalho dos professores e à condução da gestão escolar, compreendendo que a qualidade não pode ser medida so-

mente por uma avaliação curricular, mas também a partir do contexto em que estudantes, famílias, professores e gestores estão inseridos. “Se a gente não tem essa avaliação de quem tá sendo impactado diretamente por aquela instituição, fica muito difícil falar em qualidade de modo amplo. Não é só o aluno fazer uma avaliação externa e ir mal, é o retrato do que é vivenciado diariamente por ele”, defende a especialista.

Empenhada em efetivar o direito à educação de qualidade para além do currículo no Brasil, uma das iniciativas mais importantes da sociedade civil organizada é a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (campanha.org.br), que existe desde 1999 e atua junto ao poder público e à população. A mobilização popular e a formação de atores sociais engajados estão entre as estratégias de alcance nacional que envolvem estudantes, educadores, ativistas e quem mais se interessar pela causa.

Em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabeleceu a educação como direito fundamental. No Brasil, a afirmação só veio a ocorrer na Constituição de 1988



Demandas (antigas) por equidade, saúde preventiva e integral, justiça reprodutiva e eliminação da violência se fortalecem. Ao mesmo tempo, mulheres e meninas continuam ficando para trás

IGUALDADE DE GÊNERO

A sociedade tem de eliminar todas as formas de discriminação e violência contra mulheres e meninas e garantir sua participação na política e na economia

Julia Santiago, Embarque no Direito

O Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 lembra que, no último ano, o Brasil testemunhou a tentativa assombrosa de obstruir o direito assegurado em lei à interrupção da gravidez de uma menina de 10 anos vítima de estupro e o governo não aderiu à declaração conjunta de mais de sessenta países em prol dos direitos de meninas e mulheres. Dificultada a implementação de políticas públicas, a violência, a evasão escolar e as múltiplas jornadas de trabalho só aumentam.

A luta vai além da dimensão da cidadania e do direito à vida. “As desigualdades de gênero e raça agravam as condições de precariedade e exclusão vividas por uma grande parcela da população e exigem que o Estado e a sociedade brasileira se unam no desafio de combatê-las”, diz Juliana Rocha, mestra em Administração Pública e Governo e pesquisadora do Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB) da FGV. Um exemplo são, segundo Juliana, as Unidades Básicas de Saúde (UBS). “A questão de saúde reprodutiva é implementada num contexto de escassez de recursos, com quebra de equipamento, falta de medicação e de profissionais”, relata. Moradora do Capão Redondo, periferia da zona sul de São Paulo, a pesquisadora diz que não é novidade que as desigualdades se expressam nos territórios e posicionam as pessoas em matrizes de opressão específicas.

Todos os dias, 13 mulheres são assassinadas no Brasil, a cada 11 minutos, uma é estuprada. Quando morrem três, duas são negras

Fonte: Mapa da Desigualdade (Ipea)

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Os dois serviços são direitos constitucionais hoje inacessíveis a 39 milhões de brasileiros que não têm água potável e 99 milhões sem tratamento de esgoto

Ariel Freitas, Favela em Pauta

Toda vez que a comunidade de Intersul, em Alvorada, no Rio Grande do Sul, sofre com temporal intenso, vem à tona um dos descasos públicos mais comuns nas periferias brasileiras: a falta de saneamento básico nos territórios. Há 32 anos, a dona de casa Daniele Maciel convive com um “rio de esgoto” que transborda em dias de chuva e invade as residências. “A gente precisa urgentemente de uma ação da prefeitura. A maioria das famílias tem crianças em casa”, diz Daniele. “A gente paga luz, água e tudo certinho, mas convive com esse rio de esgoto e tudo que entra pela rua de barro. Eles dizem que aqui é tudo asfaltado, mas cadê o asfalto?” – o bairro consta como localidade asfaltada no mapeamento da prefeitura, mas a extensão é de chão batido. Questionado pela reportagem, o município ainda não retornou.

Sem condições – Quatro em cada dez brasileiros não têm acesso à rede de esgoto. Apenas 49% dos detritos gerados no Brasil são tratados e só 83,7% das pessoas têm acesso à água potável. O desamparo vai na contramão dos objetivos da ONU na Agenda 2030.

Para a cientista política Richelle da Silva, a ausência de saneamento nos territórios habitados principalmente pela população negra e pobre está relacionada com o preconceito. “A existência dessa realidade indica que o Estado

não reconhece a humanidade dentro das favelas”, afirma. O fato de que a maioria das pessoas serem identificadas como pretas, às margens e sem acesso a políticas públicas de ensino e emprego mantém o desinteresse público, diz Richelle. Ela vive no Vigário Geral, zona norte do Rio de Janeiro, e não tem tratamento de esgoto.

Nas comunidades cariocas, ressalta Richelle, são comuns as denúncias a respeito da qualidade da água e as queixas por falta de abastecimento. É o caso de Viviane Pereira, moradora do bairro Fazendinhas, no Complexo do Alemão. Durante seis meses ela viu escoar das torneiras um líquido turvo e, de vez em quando, escuro como refrigerante de cola. Para ter água para beber e fazer refeições, Viviane filtrava a bebida em panos.

54,1% da população brasileira tem acesso a saneamento básico

49,1% do esgoto gerado é tratado

83,7% da população acessa a rede de água

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2019)

CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Habitação adequada a preços acessíveis e com serviços básicos; sistemas de transporte de qualidade e sustentáveis: as periferias estão longe disso

Cássio Miranda e Carlos Gouvêa, Periferia em Foco

A Vila da Barca, situada às margens da Baía do Guajará, no Pará, é uma comunidade assentada de forma ilegal e com problemas socioeconômicos, habitacionais, de infraestrutura e carência de serviços básicos, como rede de esgoto e água potável.

Redes de voluntários desenvolvem projetos sociais e, assim, a comunidade recebe ações de acesso à cidadania. “Uma comunidade sustentável se constrói em políticas públicas estruturadas no saber popular, na geração de renda e na prevenção socioambiental”, diz a assistente social Gizele Mendes, voluntária em projetos culturais e de doação de alimentos.

A realidade da Vila se repete em outras regiões do Brasil. Muitas famílias ocupam terrenos e vivem em áreas precárias e perigosas, como embaixo de encostas, pontes e palafitas. O IBGE fala em 5 milhões de pessoas morando em imóveis irregulares. Nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, cerca de 20% das ocupações são precárias. Só na Rocinha, a maior favela do Brasil, 25,7 mil moradias estão em péssimas condições.

Soluções inteligentes – “A construção de uma cidade sustentável deve ter como ponto de partida a garantia de água potável, saneamento e gestão inteligente e responsável dos resíduos sólidos, uma vez

que, se tratado de forma tecnológica e inovadora, o lixo torna-se um grande negócio sustentável”, diz o sociólogo Márcio Pontes, cientista político e diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa). A sustentabilidade, afirma Márcio, requer harmonia entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e justiça social.

O geógrafo Aiala Colares, doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, relaciona a necessidade de políticas públicas em que a população “tenha plena participação nos processos decisórios de políticas habitacionais e/ou urbanas para as cidades, além de fomentar a geração de emprego e renda para reduzir desigualdades sociais, eliminando a pobreza, e trabalhar a educação ambiental e a sustentabilidade cultural”.

Em um ano de pandemia, até abril de 2021, mesmo com a resistência da sociedade civil 9 mil famílias foram despejadas, 65 mil estão ameaçadas e a população de rua aumentou

PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Uma sociedade mais pacífica vai além do desenvolvimento sustentável. É desejo, necessidade e vontade de todos os moradores das comunidades brasileiras

Felipe Migliani e Katia Flora, PerifaConnection

Crianças e adolescentes vivem sob o risco de ser baleados, mortos, desaparecer. Chefes de Estado incentivam o armamento da população e a polícia desrespeita a liminar ADPF 635, uma decisão do Supremo Tribunal Federal que proíbe operações nas favelas enquanto durar a pandemia. Cecília Olliveira, especialista em segurança pública e idealizadora do Instituto Fogo Cruzado (laboratório de dados da violência armada no Brasil), afirma que o descumprimento à decisão do STF demonstra ineficiência das operações, alta letalidade policial e desrespeito à democracia.

Longe da meta – Ao analisar as metas globais, Cecília afirma que o Brasil está longe de alcançá-las e que o cenário pode piorar, porque o número de armas nas mãos de civis dobrou nos últimos três anos. “Isso tem a ver com um indicador que deveria ser reduzido até 2030: o fluxo de armas. Estamos na contramão. O número de homicídios no Brasil voltou a crescer em 2020. Agora, a câmara de vereadores do Rio de Janeiro está discutindo se deve ou não armar a Guarda Municipal. Até estudiosos que defendem o armamento das guardas veem com cautela a questão no Rio de Janeiro, por causa da ação descontrolada das milícias”, diz.

Enfrentamento à violência – Além de seguir critérios raciais, a letalidade policial é maior na baixada fluminense e no leste metropolitano do Rio de Janeiro. Em um levantamento do Fórum Grita Baixada, o município de Belford Roxo apresenta quase três vezes mais mortes por 100 mil habitantes que a capital.

Desde 2012, a organização apoia o protagonismo de mães e familiares de vítimas de violência de estado e propõe políticas públicas de combate a desigualdades, letalidade e violência. Para Adriano de Araújo, coordenador do Fórum, entre as soluções conjuntas que podem mudar o cenário brasileiro estão orientação da máquina pública para a redução de homicídios, prevenção da violência, definição de metas objetivas e factuais, atenção à juventude pobre, negra e das periferias, participação social em diversas etapas, além de ações de inteligência no rastreamento do fluxo financeiro do crime organizado. “Na baixada fluminense a polícia mata essencialmente pessoas negras”, diz Adriano. “O lugar do negro em uma sociedade escravocrata não permite imaginar outro lugar que não esse que observamos: do não humano, do descartável e da mão de obra barata.”

O Brasil está longe das metas de paz e justiça. E o cenário pode piorar, já que o número de armas nas mãos de civis dobrou nos últimos três anos

MULHERES VENCEM

DESAFIOS E PRECONCEITOS AO VOLANTE

Muitas mulheres encontram no transporte por aplicativo uma forma de conquistar um novo espaço, principalmente em um momento delicado, devido à epidemia de covid-19 e à crise econômica. De acordo com dados do sistema Infosiga SP, gerenciado pelo Programa Respeito à Vida e pelo Detran.SP, no estado de São Paulo existem 8,9 milhões de motoristas habilitadas — ainda que menor na comparação com os homens, sendo 39% do total. A faixa etária mais significativa é entre 31 e 40 anos, com 2,4 milhões de condutoras.

No transporte por aplicativo, os números seguem em expansão. Na 99, plataforma de tecnologia voltada à mobilidade urbana com usuários em cerca de 2 mil municípios do Brasil, as mulheres correspondem a 5% do total de motoristas cadastrados na base da empresa. Porém, entre os passageiros, elas são 60%.

OBSTÁCULOS A CADA ESQUINA

Apesar de conquistas e de reconhecimento, existem ainda várias barreiras — especialmente em segmentos antes ocupados exclusivamente por homens. Entre eles, o preconceito e o machismo estrutural ditam que mulheres “dirigem mal”, mesmo elas sendo mais prudentes, como comprovam os números. Em relação às fatalidades, de janeiro de 2015 a janeiro de 2021, foram contabilizados, em São Paulo, 5.876 óbitos de mulheres no trânsito, o que representa 18% do total.

Mais cautelosas, elas já formam um contingente considerável e apostam na atividade como profissão e geração de renda

Para acessar outros conteúdos, aponte a câmera do celular para este QR code



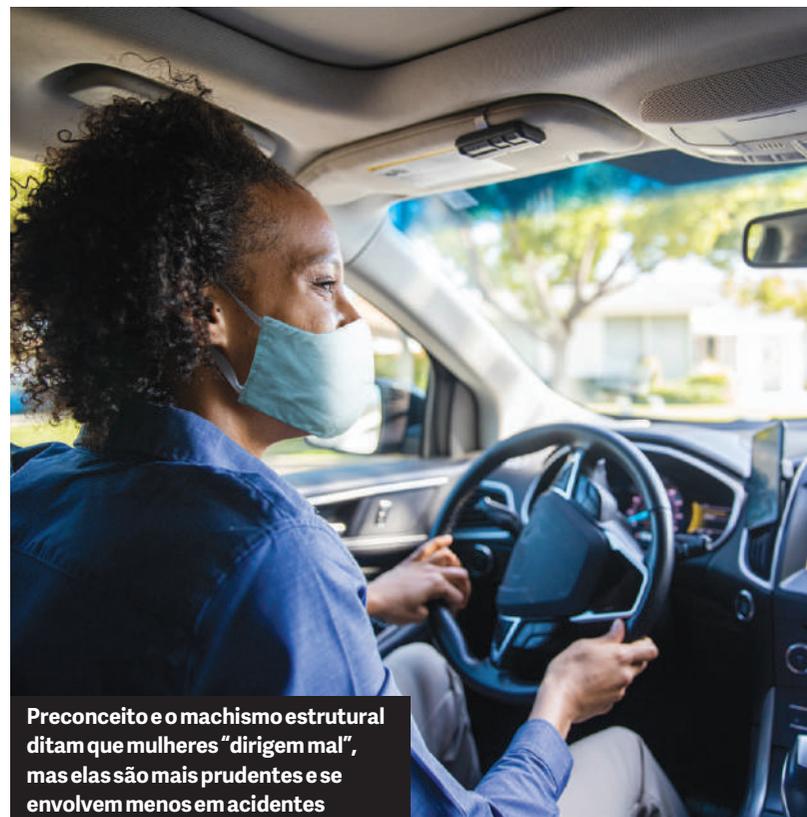
RENDA E MAIS SATISFAÇÃO

Para pagar as contas e recuperar a autoestima após frustrações profissionais, há quatro anos Jaqueline Ramos da Silva, de 41 anos, trabalha como motorista de aplicativo de transporte. Diariamente, ela circula em dois períodos pelas ruas da capital paulista e afirma nunca ter se envolvido em acidente no trânsito. Mas alguns homens ainda ficam com receio. “Eles indicam o caminho o tempo todo, apontam lombadas, semáforos e buracos”, reconhece Jaqueline.

Um caso, porém, chamou a atenção. “Um menino de uns 5 anos entrou no carro e falou que mulher não dirigia. Envergonhados, os pais se desculparam. Ela explicou não ser necessário, pois eles ganharam ali uma ótima oportunidade para ensinar ao filho que as mulheres também dirigem, assim como os homens”, revela.

MAIS SEGURANÇA PARA TODAS

A 99 lançou em março deste ano o 99Mulher, direcionado às motoristas de todo o País que desejam transportar apenas passageiras. A função pode ser ativada ou desativada por um botão no app. As usuárias recebem uma notificação avisando que uma motorista fará a corrida. Para ter acesso, a passageira também ativa a opção, que conta com reconhecimento facial e análise de documentos para garantir a veracidade das informações.



Preconceito e o machismo estrutural ditam que mulheres “dirigem mal”, mas elas são mais prudentes e se envolvem menos em acidentes



Foto: Getty Images

Tenho que fazer uma entrega,
vou pedir um

JÁ PEDI 99



**Opções que cabem no seu bolso,
para qualquer necessidade.**

99

**Se cuida,
vai de 99.**

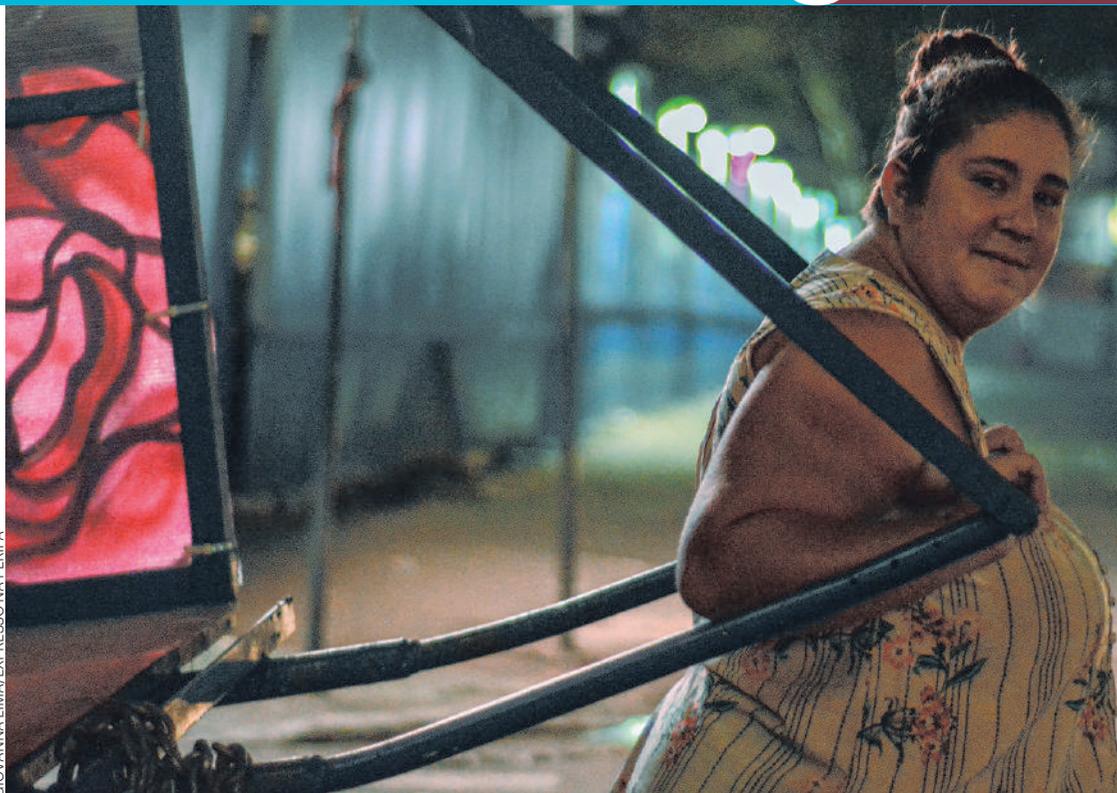
Produção realizada respeitando os protocolos de segurança contra a Covid-19.

Nascida e criada em Corumbá, no interior de Mato Grosso do Sul, Anne Caroline Barbosa tem 29 anos, é filha de professores de educação física e teve uma infância feliz. Com o passar do tempo, “a cidade ficou pequena” para seus sonhos e há quatro anos ela vive em São Paulo. Quando se mudou, era designer gráfico. Hoje é estudante de jornalismo e catadora de materiais recicláveis comprometida com a causa.

Sem conhecer ninguém e sem emprego, passou quatro meses em um albergue da prefeitura. Usou cocaína e desistiu da moradia. “A cocaína e o crack te tornam dependente funcional, quando não está usando, está trabalhando pra usar e não cabem as regras dos abrigos”, afirma.

O trabalho de coleta de recicláveis começou depois que conheceu Lucas, seu marido. “A gente começou a trabalhar juntos para sustentar o vício, mas com o tempo passei a achar incrível ter uma renda vinda do que as pessoas jogavam fora e ao mesmo tempo retirava aquilo do meio ambiente.”

Responsáveis por quase 90% do lixo reciclado no Brasil, pessoas como Anne e Lucas são muito importantes para a sociedade e para a saúde do planeta. Mas falta reconhecimento. “Para mulher, o sofrimento é dobrado”, diz Anne. Por ser uma profissão marginalizada e dominada por homens, a maioria das trabalhadoras tem dificuldade em se impor em relação aos colegas e à sociedade. “Apesar de estarmos inseridos na sociedade e fazer um trabalho tão necessário, parece que a gente incomoda. Saio de casa esperando ser xingada e humilhada.” Ela já foi insultada por causa da aparência e



GIOVANNA LIMA/EXPRESSIONA PERIFA

QUEM SOMOS

APRESENTA E REPRESENTA

Todos os dias, Anne Caroline Barbosa sai de casa, no centro de São Paulo, para recolher garrafas, papelão e outros resíduos que as pessoas descartam nas ruas. ‘Parece que a gente incomoda’, diz

Rebeca Motta, Embarque no Direito

ouviu que pegava lixo por não servir “nem para prostituta”. Um motorista passou a mão em seu corpo sem consentimento.

Compartilhando conhecimento – Na tentativa de interromper o ciclo de violência, Anne criou uma série de vídeos no YouTube em parceria com o movimento Pimp my Carroça (**pimpmycarroca.com**), que combate a invisibilidade dos catadores e realiza ações afirmativas e de conscientização. Na Cataflix (**bit.ly/youtube_cataflix**), os

QUEM CUIDA DO SEU LIXO

Dados do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, de 2020, mostram que cada brasileiro produz em média 379,2 quilos de lixo por ano, mais de 1 quilo por dia. A capital paulista é campeã: só na região metropolitana são mais de 27 mil toneladas diariamente, segundo levantamento do jornal *Bom dia São Paulo*. Esse material é coletado, separado, higienizado, transportado, armazenado e distribuído por catadores autônomos ou de cooperativas. O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis calcula que há entre 800 mil e 1 milhão de pessoas nesse trabalho. Em 2019, a prefeitura da capital estimava a presença de 2.100 trabalhadores na cidade.

episódios mostram a rotina dos profissionais e dicas de consumo consciente e sustentável.

Além dos vídeos, Anne trabalha esses temas no Instagram **@annecatadora**. As principais dúvidas dos seguidores são a respeito do descarte correto dos materiais. “Ficava indignada em como as pessoas não separavam o lixo e depois que comecei a gravar percebi que era muito mais sobre falta de informação que desinteresse”, afirma a influenciadora.